

## **25 – PROTOCOLO -ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO E MUNICÍPIO DE BRAGA:**

Submete-se à consideração do Executivo protocolo a celebrar entre a Associação Florestal do Cávado e o Município de Braga, que estabelece a colaboração entre a referida Associação e o Município, referente ao apoio a prestar pela Equipa de Sapadores Florestais ao Município.



BRAGA

À Excm<sup>ta</sup> Senhoria Municipal.

1709-06



## PROTOCOLO

Considerado ...

1. As atribuições do Município previstas no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e as competências da Câmara em matéria de Proteção Civil e Defesa da Floresta Contra Incêndios.
2. Que a Associação Florestal do Cávado (AFC) foi fundada em 1996, tendo como principais objetivos promover a união entre os proprietários florestais para que os seus interesses tenham um porta-voz legítimo, bem como oferecer aos seus associados apoio técnico que lhes permita gerir melhor as suas áreas florestais.
3. Que no seguimento da publicação do Decreto-Lei nº 8/2017 de 9 de janeiro, o Município de Braga formalizou o apoio à candidatura para a constituição de uma Equipa Permanente de Sapadores Florestais no concelho, apresentada pela Associação Florestal do Cávado.
4. A declaração de compromisso assinada aos 31 de março de 2017, pelo Presidente do Município de Braga, Dr. Ricardo Rio, que garantiu todo o apoio do Município à criação desta equipa.
5. Que a constituição de uma nova Equipa de Sapadores pela Associação de Florestas do Cávado foi aceite por concurso público aberto pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF (Concurso aberto pelo Despacho nº 2431-B/2017 de 21/03/2017).
6. Que a área de intervenção proposta na candidatura incidu sobre os perímetros florestais do Bom Jesus e do Sameiro, espaços que apresentam enorme importância não só a nível florestal, mas também no plano paisagístico, cultural, religioso, turístico e ambiental, cuja proteção e preservação é considerada uma prioridade em termos de defesa da floresta contra incêndios.
7. Que a constituição de uma Equipa de Sapadores Florestais no concelho contribui decisivamente para a diminuição do risco de incêndio numa área sensível e

recorrentemente afetada por incêndios, aumentando significativamente a resiliência do território aos incêndios florestais.

8. Que, a comprovar a importância desta área florestal, destaca-se a candidatura a Património Mundial da Humanidade da Unesco, que integra todo o conjunto arquitetónico e paisagístico do Bom Jesus do Monte, onde se destaca a basílica, os escadórios, o funicular e um espaço florestal com 25 hectares.
9. Que, para além desta área, a proposta da Associação Florestal do Cávado inclui o Santuário do Sameiro, o monumento em honra do Coração Eucarístico de Jesus e a Capela de St.ª Marta, espaços de peregrinação e de grande interesse para o turismo religioso, com especial enfoque no Verão.
10. Que, face a estas características ímpares e à sua sensibilidade, esta é uma área já classificada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil como sendo prioritária para a intervenção com meios aéreos, estando inclusive sinalizada como área de 'Perigosidade Alta e Muito Alta' de incêndio florestal.
11. Que nos últimos anos tem-se verificado nesta zona um elevado número de ocorrências, contabilizando-se grandes áreas ardidas, como no ano transato cuja área ardida foi superior a 500 hectares, pelo que se reveste de especial importância o reforço da prevenção e vigilância deste espaço florestal, facto já identificado no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Assim, e com o intuito de diminuir o risco de incêndios e contribuir para a valorização do património florestal do concelho, é celebrado o presente Protocolo, entre:

**A Associação Florestal do Cávado, com sede na Praça Manuel Fernandes da Silva nº52, 4715-244 Braga, pessoa coletiva nº 503814407, representada pelo seu Presidente da Direção, Eng.º Carlos Cação, doravante designada por AFC,**

**e**

O MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por Município,

que será concretizado através das seguintes cláusulas:

### **PRIMEIRA**

#### **(Objeto)**

O presente protocolo estabelece a colaboração entre a Associação Florestal de Braga e o Município de Braga, referente ao apoio a prestar pela Equipa de Sapadores Florestais ao Município.

### **SEGUNDA**

#### **(Funções da Equipa)**

1. As funções da Equipa de Sapadores Florestais são as seguintes:

- a) Prevenção dos incêndios florestais através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas de quebra-fogo e outras infra-estruturas (PMDFCI);
- b) Vigilância das áreas a que se encontra adstrita, no Plano Operacional Municipal (POM);
- c) Apoio ao combate aos incêndios florestais e, às consequentes operações de rescaldo, quando requisitados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC);

- d) Sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração.

**2. Sendo que:**

- 2.1. As ações de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) em áreas de associados da AFC, não poderão exceder o período máximo anual de 15 dias úteis.
- 2.2. As ações de DFCI definidas pelo Município para o plano anual da equipa, não poderão exceder o período máximo anual de 140 dias úteis.
- 2.3. As ações de DFCI definidas pelo ICNF, não poderão exceder o período máximo anual de 55 dias úteis, conforme Programa Nacional de Sapadores Florestais: Definição e Contabilização do Serviço Público.
- 2.4. As ações de vigilância armada e supressão de incêndios definidas pelo ICNF, não poderão exceder o período máximo anual de 55 dias incluindo fins-de-semana, feriados e horas noturnas, conforme Programa Nacional de Sapadores Florestais: Definição e Contabilização do Serviço Público.

**TERCEIRA**

**(Deveres da Associação Florestal do Cávado)**

**Incumbe á Associação Florestal do Cávado:**

- a) Colaborar na execução do PMDFCI e nas ações de proteção civil;
- b) Assegurar a coordenação e execução dos trabalhos da equipa, referidos na cláusula anterior;

- c) Fazer a gestão financeira da equipa, nomeadamente, proceder ao pagamento dos sapadores, realização do seguro de acidentes de trabalho dos mesmos, sendo que todos os encargos referentes a questões laborais são da exclusiva competência da AFC;
- d) Elaborar um relatório semestral, detalhado, sobre as atividades realizadas pela equipa de sapadores, com indicação da aplicação das verbas recebidas ao abrigo da cláusula quarta e entregá-lo ao Município para sua apreciação;
- e) Elaborar um relatório anual das atividades realizadas pela equipa de sapadores, facultando a sua consulta aos elementos da COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (CMDFCI) responsáveis por esta matéria.

#### **QUARTA**

##### **(Deveres do Município)**

**Incumbe ao Município de Braga:**

- a) atribuir uma verba de € 50.000 (cinquenta mil euros) anual à AFC, para o desenvolvimento das atividades referidas na cláusula anterior;
- c) a verba será paga em prestações mensais, a pagar no último dia útil de cada mês;
- d) assegurar estacionamento fechado para a viatura e local para efetuar a manutenção do equipamento de trabalho da referida equipa.

#### **QUINTA**

##### **(Utilização das verbas)**

Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a AFC proceder à devolução imediata da verba.

---

**SEXTA****(VALIDADE)**

1. Este protocolo é válido por um período de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura.
2. O protocolo pode ser denunciado por qualquer uma das partes intervenientes com a antecedência mínima de trinta dias, por carta registada com aviso de receção.

**Paços do Município de Braga, 1 de setembro de 2017**

**Pela Associação Florestal do Cávado,**

**Pelo Município de Braga,**

---

**(O Presidente da Direção)**

---

**(O Presidente)**

**Documentos anexos:**

1. Estatutos da associação
2. Comprovativos da situação regularizada perante a SS e a AT
3. Comprovativo da Candidatura aprovada ao Concurso referido nos considerandos

Caderneta N.º 1

Fls. 1

Req. N.º 071

Data 25/10/00

NOTARIADO



PORTUGUÊS

**PRIMEIRO CARTÓRIO NOTARIAL  
DE  
BARCELOS**

Notário:

Lic. JORGE CARLOS FERRO DA COSTA E SILVA

**CERTIDÃO**

**Certifico** que a presente certidão, composta por três

folhas, todas numeradas e por mim autenticadas, está conforme com o original e

foi extraída de folhas noventa e sete

a folhas noventa e oito do

livro de notas para escrituras diversas numero setecenta e

noventa e dois  
Primeiro Cartório Notarial de Barcelos mil e cem e dois de  
dois mil.

O Ajudante/Esc. Superior,

CONTA:

Isento nos termos do art.º 64, n.º 3  
ao Código do Notariado

Registada sob o n.º 1621-V



2  
N

M.

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

No dia vinte e cinco de Outubro de dois mil, na Rua Fernão Magalhães, cidade Barcelos, e Primeiro Cartório Notarial, perante mim, JORGE CARLOS SERRO DA COSTA E SILVA, notário deste Cartório, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

PRIMEIRO)-DR. JOSÉ ANTÓNIO GARCIA BRAGA DA CRUZ, casado, natural da freguesia de Coimbra (Sé Nova), concelho de Coimbrã, residente na Rua António Cardoso, n.º. 427, Habitação 21; cidade do Porto; e, DR.ª MARIA ARMINDA SERRANO NUNES DE OLIVEIRA, casada, natural da freguesia de Viatodos, deste concelho de Barcelos, e nela residente no lugar de Isabelinha, os quais outorgam na qualidade de Presidente e Tesoureira, e em representação da associação com a designação "ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO", com sede na Rua Fernando Magalhães, n.º. 182, cidade de Barcelos, com o n.º. 503 814 407 de pessoa colectiva, no uso dos poderes que lhes foram conferidos nas reuniões da assembleia geral de vinte e cinco de Março de mil novecentos e noventa e sete e dezassete de Março do corrente ano de dois mil, de cujas actas arquivo fotocópias. \_\_\_\_\_

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal, e a qualidade em que intervêm pela acta número seis, de vinte e nove de Maio de mil novecen-

tos e noventa e nove, da tomada de posse, de que arquivo fotocópia. \_\_\_\_\_

**DECLARARAM AMBOS OS OUTORGANTES:-** \_\_\_\_\_

Que a "ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO", foi constituída por escritura outorgada em quinze de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, exarada a folhas trinta e três, e seguinte, do livro de notas número DUZENTOS E DEZOITO-D, deste Cartório. \_\_\_\_\_

Que, pela presente escritura e dando execução ao deliberado nas referidas assembleias gerais, alteram parcialmente os ESTATUTOS da ASSOCIAÇÃO. \_\_\_\_\_

Que, assim, os novos estatutos, pelos quais a Associação, que eles outorgantes representam, se passa a reger são os constantes de documento complementar elaborado nos termos do número dois, do artigo sessenta e quatro, do Código do Notariado, que arquivo, e cujo conteúdo declaram conhecer perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura. \_\_\_\_\_

Assim o disseram e outorgaram. \_\_\_\_\_

Exibiram certificado de admissibilidade, emitido em 12 de Junho último, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas. \_\_\_\_\_

Esta escritura foi lida aos outorgantes e feita a explicação do seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de ambos. \_\_\_\_\_

3  
N

1º Cartório Notarial  
de  
Barcelos

Livro n.º 3021

Folhas 32

José António Garcia Braga da Cruz  
Pela A de Jm dos ~~1000~~

O Ktín,

José da Cruz

Conta registada sob o n.º 1612

L.

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

No dia quinze de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, na Secretaria Notarial de Barcelos, perante mim, JORGE CARLOS SERRO DA COSTA E SILVA, notário do Primeiro Cartório, compareceram como outorgantes:—

PRIMEIRO)—JOSÉ BENTO DA SILVA RAMOS, casado, natural da freguesia e concelho de Vila do Conde e residente na Rua José de Carvalho, n.º. 68, da cidade do Porto;—

SEGUNDO)—MARIA JOSÉ COUTO GALHANO ALVES, viúva, natural da freguesia de Paranhos, concelho do Porto e residente na Avenida Antunes Guimarães, n.º. 1148, 2.º., dt.º., da cidade do Porto;—

TERCEIRO)—MARIA ANTÓNIA ACCIAIUOLI TAVEIRA CATALÃO CONCIO DA FONSECA, casada, natural da freguesia de Braga (S. Vitor), da cidade de Braga e residente na Avenida João XXI, n.º. 829, 2.º., dt.º., da cidade de Braga; e,

QUARTO)—JOSÉ ANTÓNIO GARCIA BRAGA DA CRUZ, casado, natural da freguesia de Coimbra (Sé Nova), concelho de Coimbra e residente na Rua António Cardoso, n.º. 427, Habitação 21, da cidade do Porto.—

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos Bilhetes de Identidade n.ºs. 1823520, de 19/7/85, 1836526, de 2/8/91, 764126, de 2/3/87 e 1596577, de 8/10/91, todos emitidos em Lisboa.—

DECLARARAM TODOS OS OUTORGANTES:

Que, como fundadores constituem uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO", com sede na Rua Fernando Magalhães, número cento e oitenta e dois, da cidade de Barcelos, a qual se regerá pelos estatutos constantes de um documento complementar elaborado nos termos do número dois, do artigo sessenta e quatro, do Código do Notariado, que arquivo.

Exibiram: -

Certificado de admissibilidade, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, em 10 do corrente.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e feita a explicação do seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de todos eles.

*[Handwritten signatures]*  
José António Garraça Braga da Cruz  
O Notário,  
*[Signature]*

# **ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO**

## **Capítulo I Denominação, sede, objecto e duração**

### **Artigo 1.º**

A Associação Florestal do Cávado é uma instituição particular, sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

### **Artigo 2.º**

A Associação tem a sua sede em Braga, podendo estabelecer delegações, ou outras formas de representação descentralizada, nos locais que achar conveniente e abrangerá os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, e visa exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como, a conservação da natureza.

### **Artigo 3.º**

A Associação tem como objecto:

- a) Elaborar um Plano de Gestão e Defesa da Floresta existente ou potencial, nos concelhos da sua área social;
- b) Organizar os proprietários florestais - privados e baldios - e dinamizar a constituição de Agrupamentos Florestais em ordem à melhor Gestão e Defesa da Floresta;
- c) Contribuir para a Formação e Informação dos Proprietários Florestais;
- d) Fomentar a elaboração de Projectos de Florestação e Beneficiação de Florestas, bem como, de Infraestruturas Florestais nos concelhos da sua área social;
- e) Reforçar a cooperação Institucional entre os Municípios, Juntas de Freguesia, Cooperativas Agrícolas, Cooperações de Bombeiros e Técnicos Florestais, em ordem a assegurar uma efectiva prestação de serviços de gestão e defesa florestal nos concelhos da sua área social;
- f) Apoiar os associados na valorização dos seus recursos florestais;
- g) Representar os seus associados junto da Administração Pública, junto de Organizações Florestais similares de âmbito Regional ou Nacional, bem como, em negociações com outros parceiros da Fileira Florestal;

- 207 24  
21  
h) Fomentar outras iniciativas tendentes à protecção e desenvolvimento da floresta e todas as demais compatíveis com os presentes Estatutos e a legislação em vigor.

#### Artigo 4.º

Para prossecução dos seus objectivos a Associação poderá recorrer às formas de intervenção que entender adequadas e, nomeadamente:

- a) Promover acções de estudo, formação e informação sobre temas de interesse para os associados, tais como reuniões, cursos, colóquios, visitas de estudo, edições e outras similares;
- b) Estimular o intercâmbio com associações congéneres nacionais e internacionais e recolher as experiências e soluções que mais se adaptem às necessidades locais;
- c) Constituir equipas especializadas de prestação de serviços à floresta, nomeadamente, na elaboração de projectos e operações de preparação de terrenos, plantação, condução dos povoamentos, defesa, corte, avaliação e colocação dos seus produtos;
- d) Delegar a representação referida na alínea g), do artigo 3.º, em estruturas associativas de grau superior, designadamente a FORESTIS.

### Capítulo II

#### Dos associados, seus direitos e deveres

#### Artigo 5.º

Podem ser sócios da Associação, pessoas singulares e colectivas, públicas ou privadas, quer sejam proprietários, rendeiros ou compartes de explorações florestais, quer sejam instituições relacionadas com a problemática da silvicultura.

#### Artigo 6.º

1. Os associados podem ser:
  - a) Fundadores;
  - b) Efectivos;
  - c) Honorários.
2. São sócios fundadores os que participaram na constituição da Associação.

208 31  
31  
7

3. São sócios efectivos todos aqueles que, satisfazendo um dos requisitos exigidos no artigo anterior, paguem a jóia estabelecida e venham a ser admitidos pela Direcção, sob proposta escrita de um associado, cabendo recurso da decisão de não admissão, para a primeira Assembleia Geral que a seguir se realizar.
4. São sócios honorários as pessoas singulares ou colectivas cujo mérito ou actividade em prol da associação o justifique e, a quem a Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, atribua tal categoria.

#### Artigo 7.º

São direitos dos sócios fundadores e efectivos:

- a) Eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais;
- b) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- c) Participar nas iniciativas promovidas pela Associação;
- d) Usufruir dos serviços, actividades e benefícios da Associação.

#### Artigo 8.º

1. Cada associado tem direito a um voto, desde que tenha as suas quotas em dia e não se encontre suspenso dos seus direitos sociais.
2. Os associados que forem pessoas colectivas indicarão à Associação quem são os seus representantes individuais nas Assembleias Gerais.

#### Artigo 9.º

São deveres dos sócios fundadores e efectivos:

- a) Aceitar e desempenhar com zelo e assiduidade, os cargos para que foram eleitos;
- b) Cumprir e respeitar as prescrições dos Estatutos e Regulamentos e, cumprir e acatar, as deliberações da Assembleia Geral e da Direcção;
- c) Pagar regularmente as quotas.

#### Artigo 10.º

1. O poder disciplinar compete à Direcção.
2. As sanções disciplinares são a repreensão registada, a suspensão e a exclusão.
3. A exclusão é da competência da Assembleia Geral.



209 4/

4

8

4. As condições de aplicação das sanções disciplinares serão definidas em regulamento.
5. Da sanção aplicada pela Direcção cabe recurso, com efeito suspensivo, para a Assembleia Geral.

### Capítulo III Dos Órgãos Sociais

#### Artigo 11.º

São Órgãos Sociais da Associação:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direcção;
- c) O Conselho Fiscal.

#### Artigo 12.º

1. Os titulares dos Órgãos Sociais são eleitos por escrutínio secreto, em sistema de listas, por maioria de votos e pelo período de três anos.
2. A eleição para os diferentes Órgãos Sociais far-se-á em sessão ordinária da Assembleia Geral, a realizar durante o mês de Dezembro, sendo a sua posse conferida até ao dia trinta do mês seguinte, pelo Presidente da Assembleia Geral.
3. O exercício de

210 17  
5  
R

**Artigo 15.º**

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por três membros efectivos, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário - e um suplente.

**Artigo 16.º**

1. A Assembleia Geral terá obrigatoriamente duas sessões ordinárias em cada ano, uma na segunda quinzena de Dezembro, para aprovação do Orçamento, e outra até ao final do mês de Março, para aprovação das Contas e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano anterior.
2. A Assembleia Geral reunirá ainda trianualmente para eleição dos órgãos sociais.

**Artigo 17.º**

A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente sempre que seja convocada pelo seu Presidente, quer por iniciativa própria, quer a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal, quer ainda quando lhe for requerido por, pelo menos, 10% dos associados.

**Artigo 18.º**

1. A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, só poderá funcionar validamente se nela estiver presente pelo menos metade dos associados. Porém, se à hora marcada não houver número suficiente de associados, esta realizar-se-á uma hora mais tarde, em segunda convocatória, com os presentes.
2. A Assembleia Geral extraordinária requerida por um grupo de associados só poderá funcionar desde que nela estejam presentes pelo menos, dois terços dos requerentes.

**Artigo 19.º**

Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger os Órgãos Sociais;
- b) Aprovar o Relatório de Contas da Direcção, o Parecer do Conselho Fiscal e o Orçamento;
- c) Decidir sobre recursos que lhe sejam submetidos;
- d) Aplicar a medida disciplinar de exclusão;
- e) Alterar os Estatutos, quando expressamente convocada para o efeito, e aprovar os Regulamentos Internos;
- f) Extinguir a Associação.

21/ 9  
6  
11

**Artigo 20.º**

São atribuições do Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Convocar as reuniões da Assembleia Geral;
- b) Dar posse aos Órgãos Sociais;
- c) Dirigir os trabalhos da Assembleia Geral e assegurar a ordem e disciplina dos mesmos;
- d) Velar pelo cumprimento dos Estatutos e Regulamentos Internos.

**Secção II**  
**Da Direcção**

**Artigo 21.º**

A Direcção é constituída por cinco membros efectivos - um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal - e dois suplentes.

**Artigo 22.º**

Compete à Direcção:

- a) Praticar todos os actos necessários à prossecução dos fins da Associação;
- b) Propor a admissão de associados honorários e admitir os efectivos;
- c) Exercer o poder disciplinar;
- d) Criar e organizar serviços e, nomear e exonerar o respectivo pessoal;
- e) Propor à Assembleia Geral a aquisição ou alienação de bens imóveis da Associação;
- f) Requerer ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação extraordinária da mesma;
- g) Apresentar propostas à Assembleia Geral sobre o valor das quotas e da jóia de admissão.

**Artigo 23.º**

- 1. A representação activa e passiva da Associação, em todos os actos que a obriguem, em juízo e fora dele, compete conjuntamente a dois membros da Direcção, um dos quais será obrigatoriamente o Presidente.
- 2. É vedado à Direcção, obrigar a Associação em actos ou contratos estranhos aos fins sociais.

- 212 7  
7  
ferra  
M  
M
3. Os documentos respeitantes a levantamentos de fundos deverão ser assinados por dois elementos da Direcção, de entre o Presidente, o Vice-Presidente e o Tesoureiro.
  4. Para os actos de mero expediente basta a assinatura e intervenção de qualquer um dos membros da Direcção.
  5. Todos os actos que envolvam aquisição, alienação ou oneração de imóveis, carecem do parecer favorável do Conselho Fiscal e da aprovação em Assembleia Geral.

### Secção III Do Conselho Fiscal

#### Artigo 24.º

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efectivos - um Presidente, um Relator e um Secretário - e um suplente.

#### Artigo 25.º

1. São atribuições do Conselho Fiscal:
  - a) Examinar a escrita da Associação;
  - b) Conferir os saldos de caixa ou quaisquer outros valores;
  - c) Requerer a convocação da Assembleia Geral;
  - d) Assistir, sem direito a voto, às reuniões da Direcção, por intermédio do seu Presidente, sempre que o entenda;
  - e) Dar parecer escrito sobre o balanço e contas do exercício, bem como, sobre qualquer outro assunto que lhe seja suscitado pela Direcção ou pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
2. O Conselho Fiscal é assessorado pela FORESTIS.

### Capítulo IV Serviços Técnicos

#### Artigo 26.º

1. Poderão ser criados Serviços Técnicos, aos quais cabe a preparação e execução dos projectos e acções em curso, de acordo com as orientações da Direcção.
2. Os serviços técnicos serão assessorados pela FORESTIS.

213 8  
8  
12

## Capítulo V Dos Fondos

### Artigo 27.º

As jóias pagas pelos associados revertem integralmente para o Fundo Social.

### Artigo 28.º

São receitas da Associação:

- a) As quotas dos associados;
- b) Os subsídios;
- c) Os juros e outros rendimentos de valores próprios;
- d) Quaisquer outras permitidas por lei.

### Artigo 29.º

Os excedentes de actividades e serviços de cada exercício serão destinados a:

1. Cobrir os prejuízos de exercícios anteriores, se os houver.
2. Constituir e reforçar uma Reserva para investimentos.

### Artigo 30.º

No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia Geral o destino a dar aos bens.

## Capítulo VI Das disposições finais e transitórias

### Artigo 31.º

A Associação extinguir-se-á quando, pelo menos, três quartos dos seus associados, assim o deliberar em Assembleia Geral extraordinária, convocada para esse fim, com a antecedência mínima de quinze dias.

### Artigo 32.º

1. Tudo o que não estiver especificamente previsto nestes Estatutos ou em lei imperativa e que possa interessar ao bom funcionamento da Associação, poderá ser objecto de regulamentos internos, aprovados em Assembleia Geral por maioria de três quartos dos associados presentes.

2. A mesma regra de votação se observará na Assembleia Geral extraordinária convocada para alterar os Estatutos.

Artigo 33.º

1. As primeiras eleições realizar-se-ão nos noventa dias imediatos à escritura de constituição da Associação.
2. Até à tomada de posse dos membros a eleger, a administração da Associação será assegurada por uma Comissão Instaladora, a qual dispõe de todos os poderes que nestes Estatutos são conferidos aos Órgãos Sociais.

José António Garcia Braga da Cruz  
Mestre de Direito

O. X. L. m.

Dr. Q. S. M. 1. P. L. J.



**KARTOFILIA AGUDA — ASSOCIAÇÃO**

Certifico que, por escritura de 28 de Novembro de 2000, lavrada de fl. 112 a fl. 113 do livro de notas n.º 302-H do 1.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária Gabriela Costa da Palma Martins, foram rectificados o n.º 4 do artigo 9.º e a alínea h) do artigo 11.º dos estatutos da associação com a denominação de Kartofilia Aguda — Associação, com sede em Lisboa, na Rua dos Navegantes, 41, 2.º, freguesia de Lapa, cuja redacção passa a ser a seguinte:

9.º

4 — O conselho fiscal é o órgão a quem compete a fiscalização da administração dos bens da Associação, dar parecer sobre o balanço e o relatório de contas apresentado anualmente pela direcção, além de outras que decorram directamente dos presentes estatutos.

11.º

h) Destinar os recursos dos órgãos da Associação.

28 de Novembro de 2000. — A Ajudante, *(Assinatura ilegível)*  
10-2-120 871

**ASSOCIAÇÃO ALGARVIA DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS DIMINUÍDAS MENTAIS**

Certifico que, nos termos do n.º 2 do artigo 168.º do Código Civil, no dia 14 de Novembro do corrente ano, lavrada a fl. 74 do livro de notas n.º 208-A do 1.º Cartório Notarial de Faro, a cargo da notária, licenciada Maria Lúcia Gonçalves Lopes, foi lavrada uma escritura de alteração denominada de Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, com sede na Rua do Compromisso, 10, freguesia de São Pedro, concelho de Faro, cujo objecto é o seguinte:

**ARTIGO 2.º**

Constitui objecto da Associação:

- a) A recuperação, integração e bem-estar do deficiente;
- b) A integração do pais, técnicos e comunidade;
- c) A acção de continuidade em favor do deficiente, como portador das suas necessidades e defensor dos seus direitos e interesses, nomeadamente, nos termos da Declaração dos Direitos Gerais e Particulares do Deficiente Mental, proclamada em 24 de Outubro de 1968, pela Liga Internacional das Associações Pró-Deficiente Mental e aprovada pela Organização das Nações Unidas em 22 de Dezembro de 1971;
- d) A defesa e constante promoção dos reais interesses do deficiente nas instituições, no trabalho, no lar e na comunidade;
- e) A sensibilização permanente da comunidade para a problemática do deficiente e para as responsabilidades que lhe cabem na sua reabilitação;
- f) O sensibilizar dos pais motivando-os para a defesa dos direitos dos seus filhos deficientes, aproximando-os para as responsabilidades que lhes cabem na condução de uma perspectiva de educação permanente na escola e na família;
- g) Promover o apoio social das famílias que têm no seu seio, crianças e jovens deficientes;
- h) Promoção e organização de actividades físicas, desportivas e culturais com finalidades lúdicas, formativas ou sociais de âmbito regional, nacional ou internacional;
- i) Ministar e promover acções ou cursos de formação profissional com vista a uma melhor integração dos cidadãos deficientes na comunidade e no mercado de trabalho;
- j) Ministar e promover acções ou cursos de formação profissional para o cidadão que esteja em contacto com cidadãos deficientes, nomeadamente na área de cuidados primários, reabilitação, pedagogia e técnicas educativas;
- k) Ministar e promover acções ou cursos de formação profissional com vista a uma melhor integração e inserção dos jovens no mercado de trabalho;
- l) Apoiar crianças e jovens em risco que necessitem de acolhimento;
- m) Inserir os jovens no mercado de trabalho;
- n) Contribuir para o desenvolvimento da personalidade de cada criança e jovem, por forma a ser capaz de se zelar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um.

Está conforme o original na parte transcrita.

14 de Novembro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *(Assinatura ilegível)*  
10-2-120 872

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DE PASCOAL****Extracto**

Certifico que, lavrada a fl. 11 do livro de notas para escrituras diversas n.º 32-J do 1.º Cartório Notarial de Viana, a cargo da notária Maria Carlota de Sousa Rubião de Castro, foi outorgada, no dia 15 de Novembro corrente, uma escritura de alteração total dos estatutos da associação denominada de Associação Cultural, Recreativa e Social de Pascoal, com sede no lugar de Canadas de Pascoal, de Abravessa, concelho de Viana, a qual tem por objecto ou fim principal a promoção cultural, recreativa e apoio à infância, juventude, e terceira idade dos seus associados e de toda a população que venha a associar-se.

Podem ser associados as pessoas singulares maiores de 18 anos ou com idade inferior desde que autorizadas pelos seus pais e as pessoas colectivas, sendo excluídos todas aquelas os associados que por actos delictivos tenham prejudicado materialmente a Associação, os que pedirem a sua exclusão e os que deixarem de pagar as suas quotas durante três meses.

15 de Novembro de 2000. — A Ajudante, *(Assinatura ilegível)*  
10-2-120 873

**ASSOCIAÇÃO ESTAMOS JUNTOS**

Certifico que, no 2.º Cartório Notarial de Santa Maria da Feira, e no livro de notas para escrituras diversas n.º 318-H, lavrada a fl. 49 se encontra lavrada uma escritura de alteração do objecto associação, denominada de Associação Estamos Juntos, com sede na Rua do Vianoso, 2391, 1.º, sala 2, da cidade de São João da Madeira, sendo os fins da Associação a participação em eventos desportivos do âmbito recreativo e ou competitivo; organização de actividades desportivas, recreativas e culturais municipais, e a contribuição para o desenvolvimento pessoal dos associados, o foi dada nova redacção aos artigos constantes dos estatutos.

Está conforme o original.

21 de Novembro de 2000. — A Ajudante Principal, *(Assinatura ilegível)*  
10-2-120 874

**ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CAVADO**

Certifico que, por escritura de 25 do corrente mês Outubro, lavrada a fl. 97 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 709-O do 1.º Cartório Notarial de Barcelos, foi feita alteração dos estatutos da associação com a designação de Associação Florestal do Cavado, com sede na cidade de Braga, e tem por fim:

- a) Elaborar um plano de gestão e defesa da floresta existente ou potencial, nos concelhos da sua área social;
- b) Organizar os proprietários florestais, privados e baldios, e dinamizar a constituição de agrupamentos florestais em ordem à melhor gestão e defesa da floresta;
- c) Contribuir para a formação e informação dos proprietários florestais;
- d) Fomentar a elaboração de projectos de florestação e beneficiação de florestas, bem como de infra-estruturas florestais nos concelhos da sua área social;
- e) Reforçar a cooperação institucional entre os municípios, juntas de freguesia, cooperativas agrícolas, cooperativas de bombas e técnicos florestais, em ordem a assegurar uma efectiva prestação de serviços de gestão e defesa florestal nos concelhos da sua área social;
- f) Apoiar os associados na valorização dos seus recursos florestais;
- g) Representar os seus associados junto da administração pública, junto de organizações florestais similares de âmbito regional ou nacional, bem como em negociações com outros parceiros da filiação florestal;
- h) Fomentar outras iniciativas tendentes à protecção e desenvolvimento da floresta e todas as demais compatíveis com os presentes estatutos e a legislação em vigor.

Está conforme o original.

26 de Outubro de 2000. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível)*  
10-2-120 875





## SEGURANÇA SOCIAL DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **ASSOCIACAO FLORESTAL CAVADO**

Firma/denominação **ASSOCIACAO FLORESTAL CAVADO**

Número de Identificação de Segurança Social **20004062162**

Número de Identificação Fiscal **503814407**

Número de Declaração **15576236**

Data de emissão **05-07-2017**

**Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.**

**A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de quatromeses, a partir da data de emissão.**

**Assinatura válida**

**Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.**

**Date: 2017.07.05 14:57:38 +0100**



**DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA**

**CERTIDÃO**

António Manuel Lopes Teixeira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de BRAGA-2..

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 11 de Agosto de 2017.

**IDENTIFICAÇÃO**

NOME: ASSOC FLORESTAL DO CAVADO

NIF: 503814407

**Elementos para validação**  
**Nº Contribuinte:** 503814407  
**Cód. Validação:** X8C535SXKQZU

O Chefe de Finanças,



( António Manuel Lopes Teixeira )



As Entidades Candidatas ao Concurso para a  
Criação de Equipas de Sapadores Florestais

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO »

NOSSA REFERÊNCIA  
37027/2017/DGAPP/DUFVA

**ASSUNTO** Despacho n.º 2434-B/2017, de 21 de março – Aviso de abertura de 21-03-2017  
Correção da Lista final de candidaturas admitidas e excluídas  
Proposta de Lista de candidaturas selecionadas

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência da reclamação apresentada pela Associação Florestal do Cávado relativa à sua candidatura, e após nossa nova reanálise, foi efetivamente detetado o documento que considerámos inicialmente em falta. O documento em apreço efetivamente encontrava-se apenas a documentos adicionais que não fazem parte dos documentos obrigatórios naquela fase do processo concursal. Não se verifica assim fundamento para a sua exclusão, pelo que o Juri do Concurso deliberou a 06/07/2017 admiti-la e corrigir a lista de candidaturas admitidas e excluídas.

Face ao exposto fica V. Exa notificado(a) de que a lista final de candidaturas admitidas e excluídas foi corrigida e consequentemente é anulada a proposta de lista de candidaturas selecionadas que foi divulgada a 19/06/2017.

O Juri do Concurso, constituído através do Aviso de Abertura de Concurso para Apresentação de Candidaturas para a Criação de Equipas de Sapadores Florestais de 21-03-2017 deliberou a 06/07/2017 participar aos candidatos admitidos a concurso a nova proposta de lista de candidaturas selecionadas.

Assim, notifica-se V. Ex.ª da nova proposta de lista de candidaturas selecionadas para a criação de novas equipas de sapadores florestais, para, em sede de Audiência Prévia dos Interessados, nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, querendo, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de receção desta notificação, se pronunciar, por escrito para o endereço [sapadores@icnf.pt](mailto:sapadores@icnf.pt), o que lhe oferecer sobre esta intenção de decisão.

A lista final corrigida de candidaturas admitidas e excluídas e a nova proposta de lista de candidaturas selecionadas para a criação de novas equipas de sapadores florestais encontram-se disponíveis para consulta no Portal do ICNF, I.P. (<http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/destaques/sapadores-florestais>).

O processo pode ser consultado na sede do ICNF, I.P., sito na Av. Da República n.º 16, 1050-191 Lisboa, nos dias úteis das 10h às 12h e das 14:30h às 16:30h.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Juri

Rui Almeida

## **ANEXO II**

**DESPACHO N.º 2434-B/2017, de 21 de MARÇO**  
**CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA A CRIAÇÃO DE**  
**EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS**  
**PROPOSTA DE LISTA DAS 20 CANDIDATURAS SELECIONADAS**  
**06/07/2017**

	Entidade	Distrito	Concelho	Pontuação Final	Observações
1	Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Viana do Castelo	Caminha	14,5	
2	ASPAFLOBAL - Associação dos Produtores Florestais do Barlavento Algarvio	Faro	Monchique	14,5	
3	Associação Florestal entre Douro e Vouga	Avelro	Arouca	13,9	
4	Município de Chaves	Vila Real	Chaves	12,0	
5	AFL - Associação Florestal do Lima	Viana do Castelo	Ponte de Lima	11,9	
6	AFEDT - Associação Florestal de entre Douro e Tâmega	Viseu	Cinfães	11,5	
7	APFAM - Associação dos Produtores Florestais de Alvelos e Muradal	Castelo Branco	Oleiros	11,5	
*	Município de Oleiros	Castelo Branco	Oleiros	11,4	*Candidatura não selecionada pois a Área de Intervenção está sobreposta com a candidatura de APFAM - Associação dos Produtores Florestais de Alvelos e Muradal
8	Associação de Freguesias da Serra do Caramulo	Viseu	Tondela	11,2	
9	APROFLORA - Associação Produtores Florestais e Agric. Zona do Pinhal	Castelo Branco	Sertão	11,0	
10	AFLOMAÇÃO - Associação Florestal do Concelho de Mação	Santarém	Mação	11,0	

	Entidade	Distrito	Concelho	Pontuação Final	Observações
*	Município de Caminha	Viana do Castelo	Caminha	10,8	*Candidatura não selecionada pois a Área de Intervenção está sobreposta com a candidatura de Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho
11	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	Faro	S. Brás de Alportel	10,8	
12	PINUS VERDE - Associação de Desenvolvimento Integrado da Floresta	Castelo Branco	Fundão	10,7	
13	Município de Vale de Cambra	Aveiro	Vale de Cambra	10,7	
14	Terras do Infante - Associação de Municípios	Faro	Aljezur	10,5	
15	ASVA - Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Braga	Guimarães	10,0	
16	APFP - Associação de Produtores Florestais de Pombal	Leiria	Pombal	10,0	
17	Associação Florestal do Cávado	Braga	Braga	10,0	
18	Assembleia de Compartes da Povoação da Atalala - Freguesia de Telxoso	Castelo Branco	Covilhã	9,5	
19	Município de Semancelhe	Viseu	Semancelhe	8,5	
20	A.D.R.L.U. - Lobos Uivam	Viseu	Moimenta da Beira e Semancelhe	8,2	
	Município de Carrazeda de Ansiães	Bragança	Carrazeda de Ansiães	8,0	
	Associação dos Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação	Santarém	Sardoal	8,0	
	Município de Ourém	Santarém	Ourém	8,0	
	Município de Valpaços	Vila Real	Valpaços	7,9	
	PINEA - Associação Florestal Litoral	Leiria	Leiria	7,8	
	Município de Tarouca	Viseu	Tarouca	7,7	
	Município de Nisa	Portalegre	Nisa	7,7	
	Município de Proença a Nova	Castelo Branco	Proença-a-Nova	7,3	

	Entidade	Distrito	Concelho	Pontuação Final	Observações
	Fundação Mata do Bussaco F. P.	Aveiro	Mealhada	7,2	
	Município de S. João da Pesqueira	Viseu	S. João da Pesqueira	7,2	
	AFBV - Associação Florestal do Baixo Vouga	Aveiro	Anadia	6,8	
	Junta de Freguesia de Santana da Serra - Ourique	Beja	Ourique	6,5	
	Município de Oliveira do Hospital	Coimbra	Oliveira do Hospital	6,2	
	Município de Caldas da Rainha	Leiria	Caldas da Rainha	6,0	
	AFACC - Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	Vila Real	Chaves	6,0	
	Município de Penafiel	Porto	Penafiel	5,9	
	Município de Lousada	Porto	Lousada	5,6	
	Município de Meda	Guarda	Meda	5,5	
	Município de Miranda do Douro	Bragança	Miranda do Douro	5,4	
	APFPB - Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão	Viseu	Nelas	5,3	
	Município de Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	4,1	
	Município Torres Vedras	Lisboa	Torres Vedras	3,4	

## DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

A defesa da floresta é uma causa tão nobre e imprescindível à existência humana, que pressupõe a intervenção de todos os cidadãos e instituições públicas com as suas potencialidades e meios, tendo em vista a integridade e preservação do meio ambiente.

A área de intervenção proposta nesta candidatura é indubitavelmente o Espaço florestal do concelho de Braga que maior importância apresenta em termos florestais, paisagísticos, culturais, religiosos, turísticos e sobretudo ambientais, e cuja proteção e preservação é considerada uma imperativa prioridade em termos de defesa da floresta contra incêndios. A comprovar a importância desta área florestal, foi recentemente entregue uma candidatura na Comissão Nacional da Unesco, com vista a que o conjunto arquitetónico e paisagístico do Bom Jesus do Monte, que integra uma Basílica menor, um escadório onde se desenvolve a Via-Sacra, um Funicular e um espaço florestal com 25 hectares, passar a elevar-se a "Património Mundial da Humanidade". Para além desta, inclui-se o Santuário do Sameiro, o monumento em honra do Coração Eucarístico de Jesus e a Capela de St.ª Marta, representando estes, espaços de turismo religioso e de peregrinação, com especial enfoque no verão.

Face a estas características ímpares e à sensibilidade da área e ao que representa em termos patrimoniais e paisagísticos, está inclusive classificada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, como área prioritária de intervenção com meios aéreos.

Nesta área de intervenção estão incluídos, em termos de Regimes Florestais, o Perímetro Florestal do Sameiro e o Perímetro Florestal do Bom Jesus do Monte, o que denota também a importância da área florestal em causa.

A área de intervenção proposta está na sua maioria classificada com Perigosidade Alta e Muito Alta de Incêndio Florestal, acrescendo a este fator, a continuidade com áreas florestais dos concelhos vizinhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso, potenciando a ocorrência de grandes incêndios.

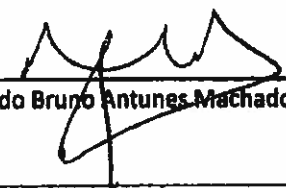
Nos últimos anos tem-se verificado nesta área, um elevado número de ocorrências e recorrência das mesmas, contabilizando-se grandes áreas ardidas, a exemplo de 2016 com área ardida superior a 500ha, pelo que será determinante o reforço da prevenção e vigilância deste espaço, facto inclusive já identificado no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Face ao exposto é entendimento do município, que a constituição de uma equipa de Sapadores Florestais no concelho de Braga irá contribuir decisivamente para a diminuição do risco de incêndio numa área sensível e recorrentemente afetada por incêndios, aumentando significativamente a resiliência do território aos incêndios florestais.

Deste modo, o Município de Braga, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, legalmente representada pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, declara para os devidos efeitos apolar financeiramente e por outros meios que venham a ser protocolados, a Associação Florestal do Cávado, na garantia da operacionalidade da Equipa de Sapadores Florestais a ser criada para o concelho de Braga e a que respeita a presente candidatura.

Braga, 31 de março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

  
Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio